



Opinião Econômica

Michael França

Economista, Doutor em Teoria Econômica pela Universidade de São Paulo; foi pesquisador visitante na Universidade Columbia e é pesquisador do Insper



Você ganha com a descriminalização da maconha?

Existem potenciais ganhos de bem-estar para além do usuário

No dia 25 de junho, o STF (Supremo Tribunal Federal) tomou uma decisão histórica ao descriminalizar a maconha, provocando uma profunda transformação na política de drogas do Brasil. Embora o futuro dessa decisão ainda dependa do Congresso, o impacto imediato foi significativo, desencadeando intensos e divididos debates sobre as possíveis consequências para a sociedade brasileira.

Um desses debates foi levantado pelo próprio STF, ao citar um estudo que realizei juntamente com os pesquisadores Daniel Duque e Alisson Santos, do Núcleo de Estudos Raciais do Insper, e que teve ampla repercussão na mídia nas últimas semanas.

Em nosso estudo, mostramos que, ao considerar a mesma quantidade de drogas, nível de educa-

ção, idade, sexo e outras características observáveis, os negros têm uma probabilidade significativamente maior de serem indiciados por tráfico. Esse efeito é ainda mais acentuado para pequenas quantidades e drogas leves, como a maconha. Além disso, constatamos que os pretos têm uma probabilidade um pouco maior do que os pardos de serem enquadrados como traficantes, reforçando a hipótese de viés racial no processo.

No entanto, a descriminalização da maconha não apenas representa uma possibilidade de reduzir a discriminação no sistema de justiça criminal, onde os negros e as comunidades marginalizadas são frequentemente impactados, mas também pode ter efeitos expressivos sobre aqueles que não são usuários da substância.

Um dos principais impactos está na redução dos custos do próprio sistema de justiça criminal. Menos prisões e processos por pequenas infrações de posse de maconha se refletem em substanciais recursos públicos que podem ser economizados. Tais recursos poderiam ser redirecionados para áreas mais essenciais, como educação, saúde e infraestrutura, promovendo maior bem-estar para a população.

Além disso, a descriminalização pode descongestionar um sistema prisional sobrecarregado com detentos, muitos dos quais estão presos devido a crimes relacionados ao porte de pequenas quantidades de maconha. Isso não só alivia a pressão sobre as prisões, mas também permite que as forças policiais e o siste-

ma de justiça concentrem seus esforços em crimes mais graves e violentos.

Com uma abordagem mais direcionada, é possível criar um ambiente mais seguro e focado na resolução de problemas realmente críticos para a população, o que gera maiores perspectivas de desenvolvimento socioeconômico ao longo do tempo.

Contudo, dismantlar traficantes, políticos e policiais corruptos exige mais do que uma simples descriminalização: o debate precisa avançar para a legalização. A legalização criaria um mercado regulado, minando parte da base financeira dos traficantes e tendo o potencial de reduzir a corrupção entre as autoridades que lucram com essa máquina de destruir pessoas.

Regulamentar e taxar a venda de maconha permitiria um controle mais eficaz da produção e distribuição, além de gerar receitas para o governo que poderiam ser reinvestidas em programas para reparar as comunidades atingidas pela fracassada guerra às drogas.

Deste modo, embora a descriminalização da maconha seja um importante avanço para uma sociedade forjada na diferença de tratamento, deve-se ter em mente que ela é apenas o começo. Muito mais precisa ser feito para quebrar as barreiras do subdesenvolvimento, do preconceito e das limitações às liberdades individuais. É preciso muito mais para criarmos um ambiente fecundo que permitirá o florescimento das melhores expressões do potencial humano.

PROGRAMA
banrisul
reconstruir RS

NÓS VAMOS
RECONSTRUIR JUNTOS.

O Banrisul acredita na tua força e no futuro de todos os gaúchos.

banrisul
Um banco único.
Porque te entende.



Contratação de linhas de crédito de R\$ 15 bi do BNDES para o RS começa amanhã

/ CRÉDITO

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) afirmou que as contratações do programa de crédito de R\$ 15 bilhões voltado para negócios afetados pelas enchentes no Rio Grande do Sul começam a partir de amanhã.

Os repasses aos clientes serão feitos por instituições parceiras do banco. O anúncio das primeiras contratações vem em torno de dois meses após o início das inundações de proporções históricas no Estado. A catástrofe ambiental começou entre o fim de abril e o começo de maio, devastando empresas de diferentes portes e setores. Empresários vinham cobrando do governo federal urgência na liberação de recursos com juros baixos.

O programa do banco de desenvolvimento, chamado BNDES Emergencial, abrange três linhas de crédito. A iniciativa prevê financiamentos a negócios que tenham sofrido perdas materiais

em áreas efetivamente atingidas pela tragédia ambiental.

O critério leva em conta delimitação georreferenciada da Dataprev (Empresa de Tecnologia e Informação da Previdência) e portaria do Ministério da Fazenda. O banco diz que o programa é voltado a pessoas jurídicas de todos os portes, inclusive cooperativas, produtores rurais, transportadores autônomos de carga e empresários individuais.

“O Programa BNDES Emergencial para o Rio Grande do Sul tem como objetivo viabilizar a manutenção da capacidade produtiva, o emprego e a renda para empreendimentos afetados pelos extremos climáticos”, declarou a instituição em nota divulgada na sexta-feira. Uma das linhas de crédito desenhadas abrange empréstimos para compra de máquinas e equipamentos.

A segunda opção é voltada ao que o banco chama de investimento e reconstrução. Isso inclui a construção ou reforma de fábricas, galpões, armazéns e outros

estabelecimentos comerciais.

A terceira linha prevê capital de giro para necessidades imediatas. Pagamento da folha e de fornecedores, recomposição de estoques e demais gastos de manutenção ou retomada de atividades fazem parte dessa lista.

O BNDES diz que as condições financeiras são “vantajosas” para os beneficiários. As taxas de juros são de até 0,6% ao mês nas linhas de máquinas e equipamentos e de investimento e reconstrução. No caso da modalidade de capital de giro, o percentual é de até 0,9% ao mês. Os prazos de pagamentos são de até cinco ou dez anos e incluem períodos de carência.

O governo federal havia anunciado em 29 de maio os R\$ 15 bilhões em crédito, operados pelo BNDES, para o Rio Grande do Sul. Na ocasião, o banco informou que sua rede de instituições parceiras tem mais de 70 agentes. A relação inclui, por exemplo, bancos comerciais, regionais e cooperativas.

A indústria calçadista é uma

das atividades que vinham cobrando urgência na liberação de empréstimos. Segundo a Abicalçados (Associação Brasileira das Indústrias de Calçados), 48% das empresas do setor foram afetadas pelas enchentes no Rio Grande do Sul. “O nosso pleito é para que os recursos já anunciados pelo BNDES sejam liberados com maior brevidade possível, já que as empresas estimam prejuízos de cerca de R\$ 200 milhões e precisam retomar não somente sua produção, mas honrar seus compromissos com folha salarial e fornecedores”, disse o presidente-executivo da Abicalçados, Haroldo Ferreira, em nota no final de junho.

“Nós solicitamos ao BNDES e ao governo do Estado que os bancos públicos operem com um spread próximo a zero, pois neste momento é preciso união em prol da recuperação da atividade econômica e em busca da retomada da normalidade”, acrescentou à época.

Além do BNDES Emergencial, outras medidas de auxílio ao

Rio Grande do Sul já foram anunciadas pela instituição. O banco disse que aprovou a suspensão completa de pagamentos por 12 meses e alongou, pelo mesmo prazo, os financiamentos para clientes de cidades atingidas. “A medida representa um alívio financeiro de R\$ 6,9 bilhões em prestações que poderão ser suspensas de uma carteira total de crédito para o Estado de R\$ 48,1 bilhões”, declarou a instituição.

O BNDES diz ainda que, para ampliar o acesso a financiamentos de micro, pequenas e médias empresas, disponibilizou, no âmbito do FGI Peac Crédito Solidário RS, mais de R\$ 500 milhões em garantias para novos créditos, com potencial de viabilizar até R\$ 5 bilhões em operações. “A instituição também prorrogou o prazo de embarque de exportações, no âmbito da linha BNDES Exim Pré-embarque, por até 12 meses, das operações com prazos de embarque entre maio de 2024 e dezembro de 2025”, afirmou o banco.